

Universidade Aberta

**Anexo às Demonstrações Financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Expresso em Euros**

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 Identificação

A Universidade Aberta (“UAb”) tem a sua sede na Rua da Escola Politécnica, n.º 147, 1269-001, Lisboa, pessoa coletiva n.º 502 110 660.

Código de Classificação Orgânica: 09 1 03 01 00 – Orçamento de Funcionamento

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime Financeiro e outros elementos de identificação

A Universidade Aberta possui a natureza de pessoa coletiva de direito público e goza de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar.

As autonomias referidas decorrem do disposto na Constituição da República Portuguesa (vide artigo 76.º, n.º 2, da Quarta Revisão Constitucional); do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro); da Lei-Quadro dos Institutos Públicos (Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro alterada pelas Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelos Decretos -Leis n.º 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, pela Lei n.º 64 - A/2008, de 31 de Dezembro, pelo Decreto -Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, e pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de Abril e pelo Decreto-Lei n.º 5/2012 de 17 de Janeiro, data em que foi republicada); pelos artigos 6.º a 14.º da Lei que estabelece as Bases do Financiamento do Ensino Superior (Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 68/2017, de 9 de Agosto), e dos próprios Estatutos da Universidade, publicados pelo Despacho Normativo n.º 65-B/2008, publicado no Diário da república, 2ª Serie – n.º 246, de 22 de Dezembro de 2008, com as alterações introduzidas pelo anexo ao Despacho Normativo n.º 11/2015, de 25 de Junho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 122, de 25 de Junho de 2015.

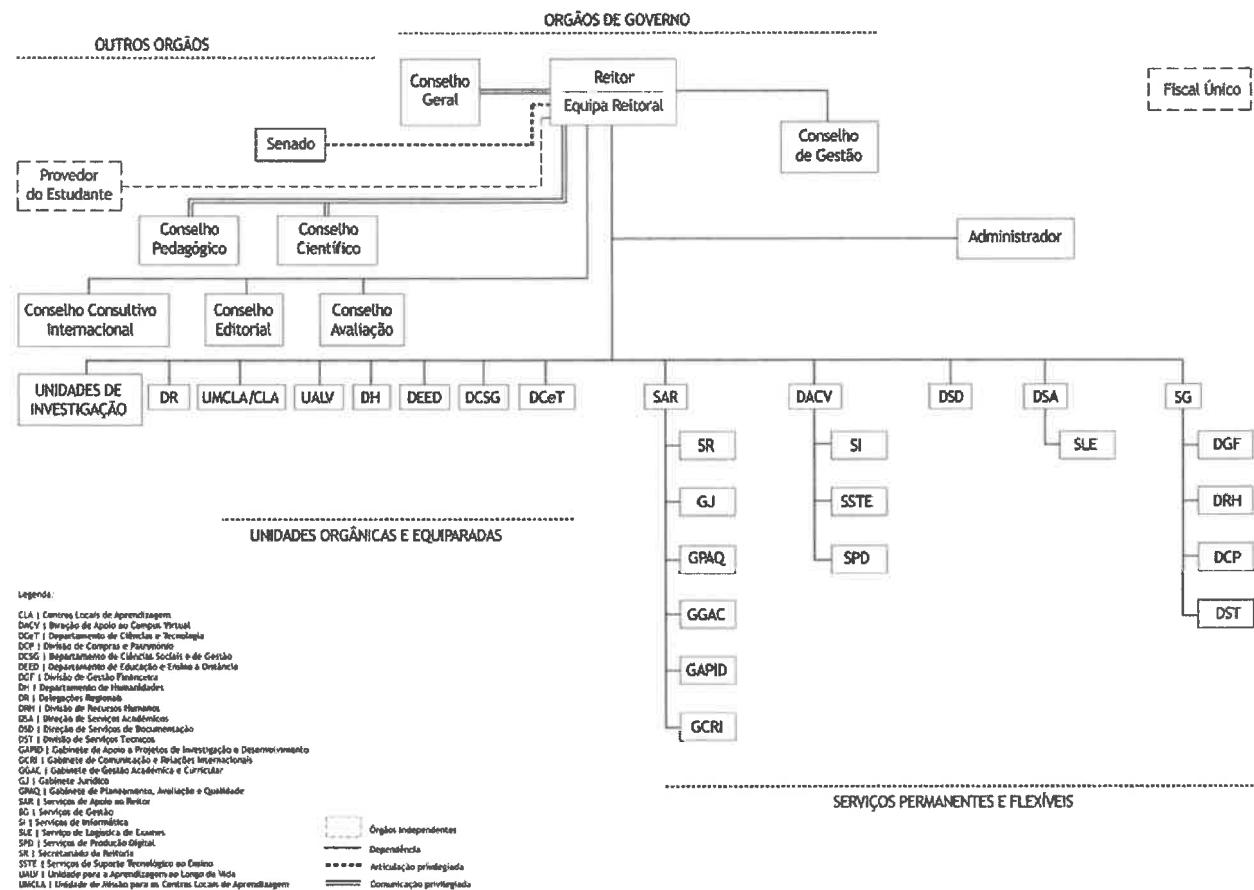
8.1.2 Legislação

A Universidade Aberta foi fundada em 1988 e tem os seus estatutos homologados pelo Despacho Normativo n.º 65-B/2008, publicado no Diário da República, 2ª Serie – n.º 246, de 22 de dezembro de 2008, com as alterações introduzidas pelo anexo ao Despacho Normativo n.º 11/2015, de 25 de Junho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 122, de 25 de Junho de 2015.

A Universidade Aberta rege-se pelo disposto nos Estatutos e pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

Universidade Aberta

8.1.3 Estrutura organizacional efetiva



8.1.4 Descrição sumária das atividades

A Universidade Aberta é a única instituição de ensino superior público vocacionada para o ensino a distância. Desde o início, a UAb tem estado orientada para a educação de grandes massas populacionais geograficamente dispersas, tendo já proporcionado formação de nível superior a mais de 10 mil estudantes, em 33 países dos cinco continentes, licenciando mais de 9 mil estudantes, tendo já concedido mais de um milhar de graus de mestre e cerca de uma centena de graus de doutor.

Pioneira no ensino superior a distância em Portugal, a UAb tem promovido ações relacionadas com a formação superior e a formação contínua, contribuindo igualmente para a divulgação e a expansão da língua e da cultura portuguesas, com especial relevo nos países e comunidades lusófonos.

Ao longo dos anos, os seus docentes e investigadores da UAb têm desenvolvido atividades de investigação científica através da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, concebendo e produzindo materiais pedagógicos nas áreas da tecnologia do ensino e da formação a distância, e da comunicação educacional multimédia.

Universidade Aberta

Com mais de 400 títulos editados, de 3500 horas de produções audiovisuais e de 6000 horas de emissões televisivas, produzidas nos seus estúdios, a UAb tem procurado sobretudo incentivar a apropriação e a autoconstrução de saberes, concebendo e lecionando cursos, formando técnicos e docentes, de acordo com uma filosofia de prestação de serviço público.

A atividade da UAb é exercida em submissão às obrigações inerentes ao serviço público que presta, incluindo o cumprimento das orientações das autoridades nacionais de educação.

8.1.5 Recursos humanos

No final do exercício de 2017 a entidade tinha ao seu serviço 317 funcionários, distribuídos de acordo com o quadro seguinte:

	Dirigente	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informático	Docente Ensino Universitário	Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	Total
CT em Funções Públicas por tempo indeterminado	0	57	66	18	8	124	0	273
CT em Funções Públicas a tempo resolutivo certo	0	14	0	0	0	16	0	30
CT em Funções Públicas a tempo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0	0	0
Central de Serviço no âmbito da LVR	14	0	0	0	0	0	0	14
Total de Efectivos	14	71	66	18	8	140	0	317

8.1.6 Organização contabilística

Manual de procedimentos

A crescente necessidade de informação para a gestão, bem como de controlos externos e internos, administrativos e contabilísticos fundamentaram a necessidade de existência de um manual de procedimentos internos.

Nesse sentido a Universidade Aberta dispõe de um conjunto de Manuais de Procedimentos Internos para as áreas de Compras, Faturação, Tesouraria e Contabilidade, que fazem parte integrante do Sistema de Gestão da Qualidade.

Livros de Registo

Os movimentos são registados nos Diários de Movimentos e no Razão.

Organização do arquivo dos documentos de suporte

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:

- Documentos de Despesa – por número de processamento com numeração sequencial de base anual.
Do processo de despesa fazem parte a proposta de realização de despesa, o documento de cabimento, o documento de compromisso, a requisição oficial, o documento comprovativo (fatura ou documento equivalente), autorização de pagamento e comprovativo de pagamento;

Universidade Aberta

- Documentos de receita – por guia de receita com numeração sequencial de base anual. Do processo de receita fazem parte as faturas emitidas e os recibos relativos às cobranças efetuadas, as requisições de fundos de transferências do Orçamento de Estado e as guias de receita associadas às receitas próprias.

Sistema informático utilizado

O sistema informático utilizado consubstancia-se num ERP – Enterprise Resource Planning, composto por:

- i. Um conjunto de módulos standard assente numa base de dados relacional, compreendendo os seguintes módulos:
 - Contabilidade Orçamental;
 - Contabilidade Patrimonial e Analítica;
 - Gestão do Património;
 - Gestão de Compras;
 - Despesas e Contas a pagar;
 - Caixa e Bancos;
 - Gestão de Recursos Humanos.
- ii. Receitas e Contas a Receber é efetuado pelo sistema informático “Digitalis” para a faturação relacionada com o setor Académico e o sistema informático “PHC” para a faturação emitida no serviço de contabilidade. Nenhuma destas aplicações informáticas está integrada com a aplicação ERP referida no ponto anterior.

Demonstrações financeiras intercalares

Não existiram demonstrações financeiras intercalares.

Descentralização contabilística

Não existe descentralização contabilística.

8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 – Nota Introdutória

a) Base de preparação das demonstrações financeiras

Universidade Aberta

A Universidade Aberta apresenta as suas demonstrações financeiras e o presente Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados com base, e de acordo, com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC – Educação).

As notas a seguir indicadas estão de acordo com a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC – Educação) e aquela cuja numeração não consta deste anexo não são aplicáveis à Entidade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras em apreciação.

b) Período económico

As presentes demonstrações financeiras compreendem o período iniciado a 1 de janeiro de 2017 e findo em 31 de dezembro de 2017.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos e Métodos de Cálculo

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e regtos da entidade, segundo a convenção do custo histórico e na base da continuidade das operações da entidade, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

8.2.3.1 - Critérios valorimétricos utilizados

Os principais critérios valorimétricos foram os seguintes:

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, ajustados do aumento/diminuição resultante das avaliações efetuadas, líquido de amortizações acumuladas.

Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

b) Existências

As Matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição. Os produtos acabados e intermédios estão valorizados ao custo de produção, sem prejuízo de, nos casos em que o valor de realização estimado é inferior ao custo de produção, se registar uma provisão para depreciação de existências por forma a reduzir o valor escriturado do bem ao seu valor de realização estimado. De salientar que, correspondendo a generalidade dos inventários de produtos acabados e intermédios a

Universidade Aberta

obras literárias, se presume que as edições com antiguidade superior a dois anos já têm uma reduzida probabilidade de venda, pelo que o seu valor de realização é nulo.

c) Dívidas de Terceiros

Clientes

As dívidas a receber de terceiros de alunos e clientes são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais provisões, reconhecidas na rubrica de "Provisões para cobranças duvidosas", de forma a refletir o seu valor realizável.

d) Acréscimos e diferimentos

A entidade regista nesta rubrica do Ativo e do Passivo, os custos e proveitos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios, compreendendo designadamente:

- As remunerações e respetivos encargos relativos a férias e subsídio de férias, vencidos e não pagas no final de cada exercício;
- Juros a receber provenientes de aplicações financeiras em depósitos a prazo;
- Os prémios de seguro e contratos de assistência, repartidos pelos exercícios, de acordo com o respetivo período de vigência;
- Reconhecimento de custos incorridos e ainda não faturados à data de encerramento das contas, provenientes de serviços prestados por terceiros, ainda no exercício em análise;
- Subsídios ao investimento são contabilizados em proveitos diferidos e reconhecidos anualmente nos resultados na proporção das amortizações dos respetivos bens.

e) Enquadramento Fiscal

A Universidade Aberta está isenta de IRC ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 9º do CIRC, sendo esta de carácter pessoal e incondicional.

A Universidade Aberta é sujeito passivo de IVA integrado no regime misto com afetação real de todos os bens com periodicidade trimestral.

8.2.3.2 - Métodos de cálculo utilizados

a) Amortizações

Os bens do ativo imobilizado corpóreo estão a ser amortizados de acordo com as taxas da Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE). A Universidade Aberta utiliza o método das quotas constantes a partir do ano da



Universidade Aberta

entrada dos bens em funcionamento, de tal modo que os bens fiquem amortizados durante o seu período vida útil estimada.

b) Provisões

Foram constituídas a seguintes provisões:

- **Provisão para depreciação de existências**

São provisionados a 100% todos os livros e publicações editados há mais de 2 anos.

Na opinião do Conselho de Gestão o valor provisionado corresponde ao valor de desvalorização previsível e dificilmente a Universidade conseguirá comercializar estes bens.

- **Provisão de dívidas a receber**

São constituídas Provisões para dívidas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

- Provisionados integralmente todos os saldos de alunos inativos ou com a matrícula anulada;
- Provisionados todos os restantes valores em dívida de acordo com a estimativa de cobrança apurada com base no histórico de recebimentos verificados nos últimos 3 anos (Exercícios de 2016, 2015 e 2014) relativos a exercícios anteriores.

O Conselho de Gestão entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de riscos descritos acautelam, com razoável segurança, os riscos de crédito associados.

- **Provisão para Riscos e Encargos**

Foi mantida uma provisão para processos judiciais em curso de acordo com as expectativas existentes quanto ao montante de encargos potenciais que a Universidade poderá vir a suportar com os processos pendentes em Tribunal à data de 31 de dezembro de 2017.

Na opinião do Conselho de Gestão o valor provisionado é suficiente para fazer face aos riscos potenciais que poderão ocorrer com o desenrolar daqueles processos.

8.2.7 - Ativo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido na rubrica imobilizações e respetivas amortizações e provisões foi o seguinte:

Universidade Aberta

ACTIVO BRUTO						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências / Abates	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas						
Bens património histórico, artístico e cultural						
Outros bens do domínio público						
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas investigação e desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros direitos						
Imobilizações em curso - imob. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	1 019 842,33					1 019 842,33
Edifícios e outras construções	3 152 447,03		132 497,85			3 284 944,88
Equipamento e material básico	3 301 512,98	9 314,52		-369 929,31		2 940 898,19
Equipamento de transporte	161 221,59	0,00		-25 563,39		135 658,20
Ferramentas e utensílios	41 568,37	50,85		-4 225,05		37 394,17
Equipamento administrativo	3 328 121,23	20 473,25		-911 073,27		2 437 521,21
Outras Imobilizações corpóreas	194 023,10	2 767,78		-22 768,16		174 022,72
Imobilizações em curso	0,00					0,00
	11 198 736,63	0,00	165 104,25	0,00	-1 333 559,18	10 030 281,70
De Investimentos financeiros:						
Partes de capital						
Obrigações e títulos de participação						
Outras aplicações financeiras						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES						
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final		
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas						
Bens património histórico, artístico e cultural						
Outros bens do domínio público						
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00			0,00
De Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas investigação e desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros direitos						
	0,00	0,00	0,00			0,00
De Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	678 912,21	37 733,31		-369 929,31		716 645,52
Equipamento e material básico	3 044 663,70	23 700,67		-25 563,39		2 698 435,06
Equipamento de transporte	161 221,59			-4 225,05		135 658,20
Ferramentas e utensílios	41 496,21	60,48				37 331,64
Equipamento administrativo	3 201 846,87	61 618,07		-911 073,27		2 352 391,67
Outras Imobilizações corpóreas	175 300,29	3 557,26		-22 768,16		156 089,39
Imobilizações em curso	7 303 440,87	126 669,79		-1 333 559,18		6 096 551,48
De Investimentos financeiros:						
Partes de capital						
Obrigações e títulos de participação						
Outras aplicações financeiras						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Fundos	0,00	0,00	0,00			0,00

Universidade Aberta

8.2.8 – Desagregação do Ativo Imobilizado

Este mapa segue em anexo.

8.2.17 – Caixa e Equivalentes

De acordo com o estabelecido na Norma Interpretativa N.º 1 (Aviso n.º 7455/2001, publicado na II Série do Diário da República, de 30 de maio) emitida pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública, “o balanço deverá refletir a situação de terceiros e disponibilidades antes da efetivação traduzindo a situação económico-financeira a 31 de dezembro do ano”.

No que à execução orçamental diz respeito a mesma orientação diz-nos que “na execução orçamental, os mapas de fluxos de caixa e de controlo orçamental evidenciam a totalidade dos pagamentos do exercício do ano n..”

Desta forma, interessa analisar a diferença entre as disponibilidades evidenciadas pelo Balanço e as disponibilidades evidenciadas no Mapa de Fluxos de Caixa, resultante das diferentes óticas de elaboração dos mapas referidos. Assim:

	Exercício 2017	Exercício 2016
Disponibilidades - Demonstração de Fluxos de Caixa	1 937 946,15	2 114 490,44
Pagamentos efectuados durante o período complementar	0,00	0,00
Disponibilidades - Balanço	1 937 946,15	2 114 490,44

No exercício de 2017 não existiram pagamentos em período complementar.

8.2.23 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

Dívidas de Cobrança Duvidosa	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
21811 - Dívida de cobrança duvidosa - Académicos	6 982 188,03	177 151,58		7 159 339,61
21812 - Dívida de cobrança duvidosa - Núcleo de Vendas	310 888,64			310 888,64
Total	7 293 076,67	177 151,58	0,00	7 470 228,25

Universidade Aberta

8.2.24 – Dívidas ativas e passivas com o pessoal

Dívidas com o pessoal	2017	2016
Dívidas activas	0,00	0,00
Pessoal		
Dívidas passivas	1 729 516,98	1 682 975,75
Remunerações a liquidar	1 729 516,98	1 682 975,75
Pessoal	0,00	0,00

As remunerações a liquidar estão relacionadas com a estimativa de férias e subsídio de férias de 2017 a pagar em 2018, reconhecidos na rubrica de Acréscimos de Custos.

8.2.31 – Provisões Acumuladas

Os movimentos ocorridos no exercício de 2017 nas rubricas de Provisões, foram os seguintes:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19 - Provisões para aplicações de tesouraria				
291 - Provisões para cobranças duvidosas	7 293 076,67	177 151,58		7 470 228,25
292 - Provisões para riscos e encargos	60 000,00			60 000,00
39 - Provisões para depreciação de existências	1 640 875,08		1 478 523,22	162 351,86
49 - Provisões para investimentos financeiros				
Total	8 993 951,75	177 151,58	1 478 523,22	7 692 580,11

No decorrer do exercício de 2017 foi efetuado um abate de livros, no montante de 1.435.948,70 euros, referente a bens doados, bens inutilizados e bens reciclados.

8.2.32 – Variação das contas de Fundo Patrimonial

A conta 51 – Património reflete o resultado da quantificação e valorização do património líquido efetuado em 01 de janeiro de 2009, data a partir da qual a Universidade Aberta apresenta, pela primeira vez, as suas demonstrações financeiras com base num sistema de contabilidade digráfico (contabilidade patrimonial).

Os movimentos ocorridos foram os seguintes:

Universidade Aberta

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
51 - Património	2 741 723,68			2 741 723,68
55 - Ajustam. de partes de capital em empresas ou entidades				
56 - Reservas de reavaliação				
Reservas:				
571 - Reservas legais				
572 - Reservas estatutárias				
573 - Reservas contratuais				
574 - Reservas livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	67 208,40			67 208,40
577 - Reservas decorrentes de transferência de activos				
59 - Resultados transitados	(1 164 845,46)	229 543,89	(117 346,73)	(1 052 648,30)
88 - Resultado líquido do exercício	229 543,89	246 121,95	(229 543,89)	246 121,95
Total Geral	1 873 630,51	475 665,84	(346 890,62)	2 002 405,73

Foi movimentado na rubrica de Resultados Transitados um valor de 117.346,73 euros relativos a um valor de PIDDAC que estava disponível para utilização, mas que não estava reconhecido contabilisticamente. O Conselho de Gestão entende que este valor está relacionado com exercícios anteriores e que seria materialmente desvirtuador do resultado do exercício de 2017, razão pela qual se registou como uma variação patrimonial negativa.

8.2.33 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	M.Primas, Subsid. e de Consumo	Total
Existências iniciais	1 640 875,08	33 668,73	1 674 543,81
Compras		37 539,17	37 539,17
Regularização de existências	-1 435 948,70		-1 435 948,70
Existências Finais	162 351,86	43 274,34	205 626,20
Custo mercadoria vendida e matérias consumidas	42 574,52	27 933,56	70 508,08

Conforme já referido no ponto 8.2.31, no decorrer do exercício de 2017 foi efetuado um abate de livros, no montante de 1.435.948,70 euros, referente a bens doados, bens inutilizados e bens reciclados.

8.2.35 – Vendas e Prestação de Serviços

O movimento ocorrido no período de 2017 nestas rubricas foi o seguinte:

Universidade Aberta

Vendas e prestações de serviços	2017	2016
Vendas de Materiais-primas, Subsidiárias e de Consumo		
Livros		
Sub-Total	0,00	0,00
Vendas de Produtos acabados e intermédios		
Livros	14 501,40	16 881,26
Vídeos		
Conjuntos Multimédia	3,13	9,42
CD's	49,57	95,07
Outros	53,98	
Sub-Total	14 608,08	16 985,75
Prestação de serviços		
Inscrições em seminários e congressos	81,30	
Docência/Colaboração de Docentes	30 095,71	43 305,46
Direitos de Autor		
Fotocópias Diversas	3 158,30	2 811,66
Alugueres	406,50	591,04
Cursos de formação	446,27	472,50
Livros digitais - E-books	1 501,93	1 051,30
Elaboração de estudos		
Outros Serviços	24 492,88	1 326,19
Sub-Total	60 182,89	49 558,15
Total	74 790,97	66 543,90

A totalidade das vendas e prestações de serviços foram efetuadas no mercado interno.

8.2.37 – Demonstração dos resultados financeiros

Os custos e perdas financeiros decompõem-se como segue:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2017	2016		2017	2016
681 - Juros suportados			781 - Juros obtidos		
682 - Perdas em entidades e subentidades			782 - Ganhos em entidades e subentidades		
683 - Amortizações investimentos imóveis			783 - Rendimentos de imóveis		
684 - Provisões aplicações financeiras			784 - Rendimentos participações capital		
685 - Diferenças câmbio desfavoráveis			785 - Diferenças câmbio favoráveis		
686 - Descontos p.p. Concedidos			786 - Descontos p.p obtidos		
687 - Perdas alienação aplicações tesouraria			787 - Ganhos alienação aplicações tesouraria		
688 - Outros custos perdas financeiros	31 686,95	32 573,41	788 - Outros proveitos ganhos financeiros		0,41
Resultados financeiros	-31 686,95	-32 573,00			
	0,00	0,41			
				0,00	0,41

Universidade Aberta

8.2.38 – Demonstração dos resultados extraordinários

Os custos e perdas extraordinários decompõem-se como segue:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos		Exercícios	
	2017	2016			2017	2016
691 - Transferências de capital concedidas			791 - Restituição de impostos			
692 - Dívidas incobráveis			792 - Recuperação de dívidas			
693 - Perdas em existências			793 - Ganhos em existências	86,68	279,52	
694 - Perdas em imobilizações	7,64		794 - Ganhos em imobilizações	1 807,85	0,06	
695 - Multas e penalidades	100,00	240,00	795 - Benefícios penalidades contratuais			
696 - Aumento amortizações e provisões			796 - Reduções amortizações e provisões	42 574,52	25 544,67	
697 - Correcções relativas exercícios anteriores	2 278,29	3 124,43	797 - Correcções relativas exercícios anteriores	1 622,34		
698 - Outros custos perdas extraordinários			798 - Outros proveitos ganhos extraordinários	53 871,22	56 920,03	
Resultados extraordinários	97 576,68	79 379,85				
	99 962,61	82 744,28			99 962,61	82 744,28

8.2.39 – Outras informações relevantes para melhor compreensão das Demonstrações Financeiras

a) Estado e outros entes públicos

Activo	2017	2016
Segurança Social		
Total	0,00	0,00
Passivo		
I.R.S. - Trabalho dependente	187 254,00	
I.R.S. - Sobretaxa Extraordinária	6 885,00	
I.R.S. - Trabalho independente - Residentes	3 886,06	2 140,88
I.R.S. - Trabalho independente - Não residentes	162,50	125,00
I.V.A - A pagar	26 706,43	1 772,52
Segurança Social	65 397,55	63 488,97
Total	96 152,54	261 666,37

Universidade Aberta

b) Acréscimos e diferimentos

Activo	2017	2016
Acréscimo de Proveitos	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00
Custos Diferidos	4 350,00	24 882,33
Seguros	0,00	0,00
Rendas e alugueres	0,00	20 000,00
Outros custos diferidos	4 350,00	4 882,33
Passivo		
Acréscimos de Custos	1 931 877,72	1 811 866,35
Remunerações a liquidar	1 729 516,98	1 682 975,75
Comunicação	1 217,70	81,45
Honorários	190 519,00	128 809,15
Água	691,89	0,00
Serviços de limpeza	8 828,94	0,00
Outros acréscimos de custos	1 103,21	0,00
Proveitos Diferidos	2 455 035,05	2 564 589,73
Propinas	678 863,83	646 432,95
Formação Inicial	484 287,97	457 884,34
ALV	39 934,31	70 349,83
Mestrado	101 896,96	97 498,15
Doutoramento	52 744,59	20 700,63
Projectos	11 351,22	223 931,66
Projectos europeus	11 351,22	223 931,66
Subsídios para investimentos	1 764 820,00	1 694 225,12
Fonte Financiamento - PIDDAC/OE/FEDER	1 764 820,00	1 694 225,12

De salientar o facto de ter sido movimentado na conta de proveitos diferidos 2745 – Subsídios para Investimento o valor correspondente aos subsídios ao investimento obtidos, financiados pelo PIDDAC, OE e FEDER, que serão reconhecidos em proveitos na proporção das amortizações anuais praticadas dos bens que lhe servem de base.

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1 – Alterações Orçamentais

8.3.1.1 – Despesa

Este mapa segue em anexo.

8.3.1.2 – Receita

Este mapa segue em anexo.

8.3.2 – Contratação administrativa

8.3.2.1 – Situação dos contratos

Este mapa segue em anexo.

8.3.3 – Execução de programas e projetos de investimento

Este mapa segue em anexo.

8.3.4. – Transferências e subsídios

8.3.4.1 – Transferências correntes – Despesa

Este mapa segue em anexo.

8.3.4.2 – Transferências de capital – Despesa

Este mapa segue em anexo.

8.3.4.3 – Subsídios concedidos

Não foram concedidos Subsídios no exercício de 2017.

8.3.4.4 – Transferências correntes – Receita

Este mapa segue em anexo.

8.3.4.5 – Transferências de capital – Receita

Este mapa segue em anexo.

8.3.4.6 – Subsídios obtidos

Este mapa segue em anexo.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Gestão

